



CONVOCAÇÃO 164/2022

Processo Seletivo Simplificado

A Prefeitura Municipal de Itapema SC, torna pública a presente convocação para os cargos descritos na tabela abaixo.

PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS NO RH:

Local: Dpto de RH - Av. Nereu Ramos Nº 134, junto a Pref. Municipal

DATA	Horário
01/12/2022	Das 09:00 as 11:30h e das 13:00 as 17:00 horas
02/12/2022	Das 08:30 as 13:00 horas
05/12/2022	Das 09:00 as 11:30h e das 13:00 as 17:00 horas

- APRESENTAR NO RH OS DOCUMENTOS ORIGINAIS COM CÓPIA LEGÍVEL;
- O RH NÃO FARÁ CÓPIAS.
- SÓ SERÁ ACEITO DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.

ATENDIMENTO DO MÉDICO DO TRABALHO

(Exame Admissional será realizado pelo Médico do Trabalho no RH da Prefeitura)

QUADRO DE CONVOCADOS

CARGO	CL	CANDIDATO	EDITAL
ORGANIZADOR DE POSTURA	89º	YAGO D'AVILA RACOSKI	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	90º	ALEX VICENTE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	91º	EMERSON LUIZ POSSOBAM	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	92º	CAROLINA MATTEZDOLFF GOMES	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	93º	ROSILDA APARECIDA PORTELA ROCHA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	94º	RAPHAEL DOS SANTOS MARCAL	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	95º	THALLYS RIDAN NOBREGA DA SILVA **	001/2021

CARGO	CL	CANDIDATO	EDITAL
ORGANIZADOR DE POSTURA	96º	ADILSON PETRAZZINI	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	97º	MILENA DE LIMA ZACARIAS	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	98º	FELIPE DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	99º	ERICK IAN DE ALMEIDA VIEIRA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	100º	ERIC HERNANDES DA SILVA VICENTE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	101º	JULIO CESAR DUARTE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	102º	EZIA MAIRENE DE SOUZA ALBERTO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	103º	LILIANA CHAPUIS SARAIVA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	104º	VERA ANDREA LEIPELT FERNANDES	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	105º	LUCIANO DE PAULA AFONSO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	106º	JACQUELINE IRACEMA JACINI SAUER ONOFRE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	107º	FABIANA DUTRA DE AQUINO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	108º	REGINALDO NUNES DE ARAUJO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	109º	CARLOS EDUARDO MENDONCA PIRES	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	110º	FELIPE BONFA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	111º	RODRIGO BAZZO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	112º	HENRY GABRIEL CARVALHO SOARES	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	114º	MARCOS VINICIUS ROSLINDO WITZKE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	115º	ESTELA PIRES FERREIRA LAURINDDO	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	116º	CIBELI STELLA **	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	117º	REJANE VIEGAS DE SOUZA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	118º	SCHARINE MACIEL SILVA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	119º	CIBELE JANSEN FREIRE	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	120º	RAQUEL CLENER SILVA DE LIMA	001/2021
ORGANIZADOR DE POSTURA	121º	HONORIO ANTONIO MORAES COSTA	001/2021

Relação de Documentos na próxima página...



APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- Comprovante de Regularização do CPF junto a Receita Federal
<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
- Carteira de Identidade **(RG) (atualizada)**
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Comprovante de endereço (atualizados);
- Certidão de nascimento dos filhos e CPF de cada filho (Se não tiver CPF, deverá ser providenciado)
 - Apresentar frequência escolar;
 - Menor de 5 anos, apresentar cópia da Carteirinha de Vacinação e Atestado de frequência escolar.
- Carteira de Trabalho - (frente e verso) da parte de identificação e nº PIS/PASEP ;
- Carteira de Motorista (CNH) para os cargos de motorista com categoria conforme exigida no Edital;
- Certidão relativa à Quitação Eleitoral emitido pelo TRE ou pelo site
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo, conforme Edital;
- Declaração de bens **(Modelo Anexo)**;
- Carteira de Reservista ou Documento de quitação de obrigação Militar (até 45 anos de idade);
- Declaração de não acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei. (Modelo Fornecido no RH). Em caso de acúmulo de outro cargo público, apresentar documento oficial do órgão em que trabalha, com a compatibilidade de horário;
- 01 Foto 3x4 recente;
- Certidão de Antecedentes Criminais - Fórum de qualquer cidade ou pelos sites www.tj.sc.gov.br ou www.dpf.gov.br (este site deve ser acessado pelo navegador Mozilla/Firefox);
- Declaração de Encargos de Família para Fins de Imposto de Renda **(Modelo anexo)**; (cópia RG e CPF de todos os **dependentes no Imposto de Renda**);
- Qualificação Cadastral - <https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml>
- Comprovante de Vacinação da Covid-19 ou Laudo médico sobre impossibilidade da vacinação;
- Exame Admissional (Será realizado pelo Médico do Trabalho no RH da Prefeitura)



DECLARAÇÃO NÃO ACUMULATIVA DE CARGO

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins de direito, a quem possa interessar que não possuo outro cargo público que não possa acumular nos termos da Constituição Federal de 1988.

Declaro, portanto, não ter nenhum impedimento legal para exercer a função de _____ e me disponho a cumprir todas as determinações legais responsabilizando-me civil e criminalmente pela veracidade das informações ora prestadas.

Itapema, _____ de _____ de 20____.

Assinatura



DECLARAÇÃO DE BENS

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____

CARGO: _____

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

--	--

FONTES DE RENDA

--	--

Itapema, ____/____/____.

Assinatura



DECLARAÇÃO DE ENCARGOS DE FAMÍLIA PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

EMPRESA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CNPJ: 82.572.207/0001-03

ENDEREÇO: AV. NEREU RAMOS, 134 – CENTRO - ITAPEMA

Em obediência à legislação do Imposto de Renda – Dec. 3000/99 e IN RFB 1.500/14 – informo que tenho como encargo de família, as pessoas abaixo relacionadas:

DEPENDENTES CONSIDERADOS COMO ENCARGO DE FAMÍLIA

APRESENTAR CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CADA DEPENDENTE

Nome Completo dos Dependentes	Tipo de Dependente	Código eSocial	Data Nascimento	CPF

Declaro sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, não cabendo à empresa/órgão qualquer responsabilidade perante a fiscalização.

DECLARANTE:	_____
ESTADO CIVIL:	_____
CPF:	_____
ENDEREÇO:	_____
CIDADE:	_____

(local e data):

Assinatura: _____ Ciente do Cônjuge (*): _____

(*) o ciente do cônjuge é obrigatório no caso de dependentes em comum – IN RFB 1.500/14 artigo 90, parágrafo 6º.

***** Sempre que houver alteração esta declaração deve ser renovada pelo trabalhador *****

Tabela 07 -Tipos de Dependente do eSocial (versão leiaute 2.4)

Cód.	Descrição
01	Cônjuge
02	Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos ou possua Declaração de União Estável
03	Filho(a) ou enteado(a)
04	Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau,
06	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial
07	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, universitário ou cursando escola técnica de 2º grau, do(a) qual detenha a guarda judicial
09	Pais, avós e bisavós
10	Menor pobre do qual detenha a guarda judicial
11	A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
12	Ex-cônjuge
99	Agregado/Outros



IN RFB 1.500/14

Art. 90. Podem ser considerados dependentes:

I - o cônjuge;

II - o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de 5 (cinco) anos, ou por período menor se da união resultou filho;

III - a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 (vinte e um) anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

IV - o menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 (vinte e um) anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º As pessoas elencadas nos incisos III e V do caput podem ser consideradas dependentes quando maiores até 24 (vinte e quatro) anos de idade, se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de 2º (segundo) grau.

§ 2º Os dependentes comuns podem, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.

§ 3º No caso de filhos de pais separados, o contribuinte pode considerar, como dependentes, os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.

§ 4º O responsável pelo **pagamento a título de pensão** alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública, **não pode efetuar a dedução do valor correspondente a dependente**, exceto na hipótese de mudança na relação de dependência no decorrer do ano-calendário.

§ 5º **É vedada a dedução concomitante de um mesmo dependente na determinação da base de cálculo de mais de um contribuinte**, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário.

§ 6º Para fins de desconto do imposto na fonte, os beneficiários devem informar à fonte pagadora os dependentes a serem utilizados na determinação da base de cálculo, devendo a declaração ser firmada por ambos os cônjuges, no caso de dependentes comuns.

§ 7º Na DAA pode ser considerado dependente aquele que, no decorrer do ano-calendário, tenha sido dependente do outro cônjuge para fins do imposto mensal, observado o disposto no § 5º.

§ 8º Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se também dependente o companheiro ou companheira de união homoafetiva.

Art 91 – (...)

§ 3º As despesas de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública, podem ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda na declaração, observado o limite previsto no art. 23.